

■ POLÍTICA

Senado examina projeto de legalização do jogo

Proposta transfere para estados decisão de autorizar cassinos

por Sandra Nascimento
de Brasília

Começa a tramitar na próxima semana, no Senado, o projeto de lei que regulamenta o jogo do bicho e permite a abertura de cassinos no País. Polêmica, a idéia enfrenta principalmente a oposição da Igreja Católica. O parecer do deputado Aracely de Paula (PFL-MG) é autorizativo e não determinativo, ou seja, se aprovada, a lei irá permitir que os estados decidam se querem ou não o jogo. Serão priorizadas para a exploração dos jogos as localidades com patrimônio turístico, a exemplo da cidade mineira de Araxá, coincidentemente base eleitoral de Paula.

Para tentar vencer as resistências, a comissão especial já estuda a elaboração de um outro projeto que prevê que toda a renda com os jogos deverá ser destinada à saúde, educação e assistência social. "Não estamos obrigando ninguém a jogar, só estamos moralizando uma coisa que já existe", disse o deputado, acreditando que o turismo será beneficiado com a medida.

O texto prevê que o jogo poderá ser explorado por pessoas jurídicas, sob credenciamento de órgão público, e não haverá restrições a eventuais investimentos estrangeiros. Ele foi aprovado por uma comissão especial da Câmara, em maio deste

ano, em caráter terminativo, e ficou impedido de seguir para tramitação no Senado à espera de votação de um requerimento do PT, que exigia a votação do projeto no plenário. O pedido da oposição foi derubado na última quarta-feira.

Paula esteve com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), para conversar sobre o projeto. Ouviu que o projeto terá tramitação normal, incluindo votação em plenário e não em rito sumário, como na Câmara, onde a decisão da comissão especial foi terminativa. Mesmo assim, o deputado acredita que o tempo de tramitação poderá ser inferior aos nove meses em que ficou na Câmara.

O deputado José Fortunatti (PT-RS) requereu a votação para o plenário da Câmara porque não concordava que tema tão polêmico fosse aprovado apenas por 20 deputados da comissão especial e não passasse pelo crivo dos 513 parlamentares da Casa. Os partidos governistas derrubaram a proposta. "Eu espero que no Senado o projeto ande mais rápido do que na Câmara. Estamos discutindo isso há 50 anos", disse Paula, lembrando o tempo em que o jogo está proibido no País.

Pelo parecer, fica delegado aos estados a decisão de regulamentar ou não o jogo do bicho ou abrir

cassinos. Também dá à União o direito de criar uma comissão para regulamentar e fiscalizar os cassinos no País ou estabelecer uma subordinação direta a algum órgão federal, como o Ministério da Justiça ou da Indústria e Comércio.

Abaixo, os principais pontos do projeto:

- A exploração é permitida às pessoas jurídicas autorizadas pelos estados, mas desde que essas empresas obtenham credenciamento junto ao órgão federal específico — a comissão nacional de jogos —, a ser definido ou criado.
- Fica impedida a proliferação de pequenos cassinos, dadas as exigências impostas para o seu funcionamento.
- A exploração caberá à iniciativa privada, que não terá acesso a benefícios fiscais federais, não havendo restrições aos possíveis investimentos estrangeiros no setor.
- A fiscalização ficará a cargo do órgão federal responsável e das autoridades judiciais, administrativas e policiais nos três níveis da federação.
- A exploração do jogo do bicho será feita mediante autorização do governo estadual, sem o caráter de exclusividade, apenas às pessoas jurídicas.
- Fica mantido o caráter de ilícito penal para os que explorarem os jogos, hoje proibidos, fora dos casos previstos em lei.